

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares desta Casa, todos que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pelo canal da TVAL, quero cumprimentá-los.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento, nesta tarde, primeiramente de forma muito querida, cumprimentar o município de Blumenau, amanhã o referido município faz aniversário e completará mais um ano de existência, são 165 anos de emancipação. Uma cidade que cresceu através do exemplo dos seus 17 imigrantes que vieram, colonizaram, desbravaram, romperam barreiras e

juntos conseguiram construir uma cidade que, hoje, é orgulho para todo o estado de Santa Catarina, para o Brasil e, com certeza, para o mundo.

Por isso, quero aqui já antecipando que o aniversário é amanhã, cumprimentar essa cidade maravilhosa, o seu povo, que é um exemplo de luta, de conquistas, de superação. Blumenau que tantas vezes passa por dificuldades, mas que com a unidade do seu povo, com a força, com a garra, com a determinação sabe superar esses desafios, nos dá grandes exemplos.

Portanto, ao povo de Blumenau, à cidade de Blumenau, parabéns pelos 165 anos de emancipação, uma cidade que é orgulho para todos nós! E de forma especial, é a cidade que deu-me tudo aquilo que tenho na vida. Eu devo muito a Blumenau, eu devo a minha vida a Blumenau, por isso parabéns a esta cidade, a este povo maravilhoso que com certeza merece o nosso carinho e a nossa gratidão.

Quero, sr. presidente, srs. parlamentares, sras. e srs., aproveitar a oportunidade e fazer a prestação de contas de uma viagem em que estivemos representando esta Casa na Holanda e Alemanha, a convite dos prefeitos da região do médio vale e do alto vale. Trago primeiramente o que motivou esta viagem com os prefeitos.

Recentemente, mais precisamente no dia 11 de agosto houve uma reportagem do *Jornal de Santa Catarina* do Grupo RBS demonstrando um problema que existe no médio vale que é, srs. parlamentares, um problema não só em Santa Catarina, mas no Brasil todo, a questão dos aterros sanitários.

Para se ter ideia, o Brasil possui hoje mais de 50 milhões de pessoas que ainda não conseguem - ou que os municípios não conseguem - colocar os seus resíduos em aterros sanitários corretamente, ainda são colocados em lixões.

Graças a Deus Santa Catarina acabou com os lixões. Em Santa Catarina nós temos a questão dos aterros sanitários. Quero explicar aos srs. parlamentares, que existe a Lei Nacional n. 12.305 aprovada em agosto de 2010 ao qual o governo federal sancionou a política nacional de resíduos sólidos. Esta lei estabelece as diretrizes para

todas as cidades e estabelece como deve ser feito o destino final do lixo, seja empresarial, residencial ou industrial.

Nesta questão do plano as cidades há uma missão a cumprir, ela foi dada para ser cumprida até o ano de 2014, mas infelizmente não foi cumprida.

O projeto inicial deste plano estabelecia que as cidades possuíam um prazo de dois anos para apresentar planos de gestão municipal, e a penalização para quem não apresentasse esses planos seria a perda de prioridades nos repasses das linhas de financiamento do governo federal, e recursos para saneamento. Com a baixa adesão, ou seja, poucos municípios que o fizeram, o prazo foi prorrogado para 2014. No mês de março deste ano, através da pressão, novamente o prazo foi prorrogado, para 31 de dezembro de 2015. E já existe uma emenda no Senado prorrogando o prazo para 2020.

Mas a região do vale do Itajaí e dos municípios do alto vale através da Amavi e do médio vale através da Ammvi estão discutindo já uma solução para este problema, muito inteligente. Foram criados dois consórcios: um no alto vale e um no médio vale. E estes dois consórcios foram convidados pelo banco alemão KfW para conhecer as soluções que existem na Alemanha. Eles estão fazendo seus planos de resíduos sólidos - que são esses dois consórcios - e estão buscando alternativas.

São justamente estas alternativas que estão sendo estabelecidas neste planejamento, plano que inclusive está sendo financiado com recursos do governo federal, é que nós fomos conhecer e verificar.

Estiveram presentes representantes das duas associações dos municípios, das agências reguladoras tanto do alto vale como do médio vale, servidores da Fatma - para entender exatamente qual a solução que será dada neste problema que é muito sério - e nós, representando a Assembleia Legislativa.

Sras. e srs., o problema na questão do lixo em nosso país é realmente algo muito preocupante. A lei nacional diz que o lixo não pode mais ser colocado de forma *in natura* nos aterros sanitários. Aqui no Brasil ainda é colocado, e a legislação acaba não sendo cumprida, não sendo respeitada. Observamos nesta legislação prazos sendo embarrigados porque muitos municípios não tem interesse ou não tem a competência para resolver.

No médio vale e no alto vale existem estes dois consórcios que desejam buscar esta solução. Foi na perspectiva de buscarmos soluções para a questão do lixo que fomos fazer várias visitas, deputado Leonel Pavan.

Como exemplo, na Holanda, visitamos uma empresa chamada Attero, para os srs. terem ideia, esta empresa, se fôssemos colocar o tamanho dela, ela é praticamente - a parte construída, desde a reciclagem, do recebimento, do tratamento, da queima do resíduo sólido - maior do que um campo de futebol. Esta empresa que tem interesse em investir no Brasil, tem capacidade de receber até 120 toneladas/hora de material para fazer reciclagem e queima, possui três fornos de queima e uma tecnologia muito avançada.

A conclusão é que é uma estrutura muito grande e todos que estavam presentes entenderam que para nossa realidade, de municípios com cerca de 300 mil habitantes na unidade dos consórcios, é uma realidade que não cabe.

E então, na Alemanha fomos conhecer outras realidades, para os srs. terem ideia, nós entendemos lá o que é o CDR, que é o Combustível Derivado de Resíduos, uma alternativa para alimentar estas usinas de queima de resíduos residenciais, industriais, para pode justamente gerar energia. Conhecemos usinas de queima de resíduos, de produção de biogás, ou seja, de geração de energia de várias formas. E entendemos de forma muito clara na Alemanha que sempre, quem paga a conta é a sociedade, e esta tem que entender qual é a forma que quer dar no tratamento do lixo e respectivamente entender o quanto quer

pagar por isso. Chegamos à conclusão que o custo lá é muito maior do que o custo aqui do tratamento disso. Por exemplo, visitamos uma cidade com uma usina dessas que queima o lixo - falamos lixo para que todos entendam de forma clara - e ela cobra em torno de €50,00 a €70,00 por tonelada que ela queima e o gás que ela gera, vende atrás para uma indústria de produção de batatas da *Gessi Lever* onde essa empresa consome a energia e consome o gás. E aí se entendeu porque tem que haver uma solução conjunta. O que temos que trabalhar aqui é algo semelhante.

Os prefeitos discutiram, conversaram, e viram que lá esta empresa recebe e cobra para fazer a queima do resíduo e, além disso, ela vende o produto da queima, vende o gás para indústria e energia elétrica para cidade. Temos uma equação onde, conseguimos ver uma empresa, por exemplo, dentro de várias, que ela queima o produto, gera receita na queima e também na venda, ou seja, no resultado daquilo.

Este é o modelo que os prefeitos decidiram que querem trazer para o Brasil, e é isso que vamos trabalhar a partir desse momento.

Vamos continuar fazendo as reuniões de organização, buscando soluções. Ficou agendado para os alemães virem para cá, no encontro Brasil-Alemanha, para que se estude o melhor modelo de uma planta. E esse consórcio vai agora contratar a empresa alemã que projetará, fará o projeto executivo da planta, num caso inicial de geração de biogás - porque entenderam que a queima tem um custo muito alto, diferente da nossa realidade e o Brasil não tem a condição de pagar por isso, nossa população não tem essa condição - mas, chegou-se a um modelo de recebimento, de geração de biogás, e com isso a inertização, ou seja, a estabilização do material, para que então ele possa ser levado em volume menor e em menos periculosidade e danos para o meio ambiente, ao aterro sanitário, fazendo assim o que a lei federal exige e cumprindo-a.

A viagem foi produtiva, chegamos a várias conclusões e agora vamos continuar trabalhando para tornar esse sonho uma grande realidade. Peço

mais um minuto sra. presidente, para poder ouvir o deputado Leonel Pavan, é que foi muita coisa, muito conhecimento, mas faço questão de ouvir v.exa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Jean, eu não forcei o aparte, em função de sua clara e importante explicação sobre a questão do lixo, não apenas de Santa Catarina, mas que certamente poderá ser importante para o Brasil.

Quando fui prefeito em Balneário Camboriú fui conhecer esse sistema e depois como senador da República, vice-governador e governador, acompanhamos vários prefeitos, com o objetivo de realizarmos consórcios, num trabalho de parceria com municípios um próximo do outro. Mas o que falta nesse país é incentivo, são recursos por parte dos governos, um recurso a fundo perdido para que esses municípios possam fazer um consórcio e trazer a solução referente ao lixo que é algo que teremos que enfrentar logo - já estamos enfrentando agora - e trará inúmeros problemas para nós futuramente.

É, este tema precisa que ser ampliado, deputado Jean Kuhlmann! V.Exa. mostra conhecimento, mostrou interesse no assunto e gostaria também de me colocar à sua disposição, tentar alertar os governos estadual e federal que se nós quisermos realmente combater este problema tem que ser agora. E só poderemos fazer realmente se houver consórcio, especialmente em cidades vizinhas, uma podendo ajudar a outra.

Parabéns por este tema tão importante que v.exa. traz à tona para esta Casa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço sua contribuição, deputado Leonel Pavan, e é por isso que a Assembleia teve um papel importante na participação desse encontro, porque os prefeitos não conseguem trabalhar essas questões estaduais e federais. Nós, nesta Casa, é que temos a obrigação de mudar algumas questões na legislação para que este sonho se torne realidade, e eu vou trabalhar

junto com os prefeitos do vale de Itajaí para fazer isso.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Obrigada, deputado Jean Kuhlmann. Parabenizo-o também por seu projeto de buscar com certeza, inovação para o estado de Santa Catarina e municípios que tanto precisam dessa interligação, desse consórcio, como o deputado Leonel Pavan mesmo falou, que é muito importante para a qualidade de vida e benfeitorias dos municípios catarinenses.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu queria apenas ter a alegria e o prazer de anunciar aqui a presença de um amigo nosso, de um líder da nossa região, vereador Carlos Alexandre Martins, popular Xande, e de Gilson Rogeri. Gilson, nosso grande amigo e líder da juventude de Camboriú.

Então, quero aqui mencionar a presença dessas duas lideranças jovens do município de Camboriú, o Xande e o Gilson.

Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - A próxima oradora inscrita, a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - É bom vê-la como presidente desta Casa, deputada Dirce Heiderscheidt, e agradeço já pelo espaço concedido.

Quero comemorar, no dia de hoje neste tempo na tribuna, o anúncio dos dois trechos de revitalização da SC-283.

Foi anunciado, no último domingo, em Chapecó a ordem de serviço num total de R\$ 18 milhões, recursos do financiamento do Banco do Brasil para o trecho Chapecó/Planalto Alegre e Planalto Alegre/Águas de Chapecó. Mas mais do que comemorar o anúncio dessa obra por parte do governo do

estado, eu quero retomar o histórico para se chegar a essa conquista.

Primeiramente, a SC-283 que liga Seara à Itapiranga em mais de 360 quilômetros de extensão. Essa rodovia possui um trânsito intenso de ambulâncias, transporte de estudantes, produção de alimentos, aves, sementes, ou seja, liga os municípios do extremo oeste catarinense à região de Concórdia, seja por escoamento da produção ou para quem precisa de atendimento médico em centros maiores.

O que nos preocupa, segundo a Polícia Rodoviária Estadual, é que essa via estadual é a que mais mata por saída de pista em Santa Catarina. Há muitos buracos, falta de sinalização e não há espaço para acostamento.

Em 2001, foi lançado então nesse movimento todo de luta para se chegar a essa obra, a campanha "SC-283 pede socorro", com o apoio do Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó e região, o Sicom. Reunimos em Palmitos, num primeiro momento, uma audiência pública coordenada pelo Fórum das Rodovias, do qual eu presidia. Lá presentes prefeitos, vereadores, lideranças dos movimentos sociais, empresários. Enfim, todos estavam presentes nesta audiência e, principalmente, coordenada pelo Comércio Varejista, o Sicom, juntamente com a Assembleia Legislativa.

Depois disto, nós tivemos a instalação de uma campanha, três *outdoors* cobrando a revitalização. Depois vou passar novamente as imagens que mostram tudo que estou falando, e essa campanha de *outdoors* que exigia a revitalização dessa rodovia 283.

Quatro anos se passaram, agora, então, o governo do estado dá o primeiro passo no sentido de atender essa reivindicação do oeste catarinense, mas é preciso lembrar que o primeiro sinal veio da comunidade, da mobilização das lideranças desta região, dos moradores e lideranças políticas.

A partir deste movimento da sociedade, no ano passado ainda foi anunciada esta obra, o recurso.

Depois esse recurso foi realocado para outra obra, em outra região, e nós então, fizemos toda uma mobilização para que de fato esse recurso fosse novamente realocado para a execução dessa obra.

Acho que o oeste catarinense sempre tem sido deixado de lado em sua história. Bastam vermos que, se analisarmos os contratos dos convênios com os hospitais de todas as regiões, o Hospital Regional do Oeste, proporcional ao número de leitos, é o que tem um dos menores convênios da secretaria de estado da Saúde, isto é, uma região com um hospital.

Da mesma forma, quando se discute o número de policiais e de batalhões distribuídos por todo o estado, a nossa região é a que tem o maior número de municípios proporcional ao número de batalhões da Polícia Militar.

Sem falar, também, das rodovias, que neste momento eu trago aqui apenas dois trechos da SC-283. É tão grave a situação que se nós olharmos, só no mês de fevereiro de 2014, foi registrado duas mortes neste trecho da SC-283. Também, em 27 de março, quatro pessoas da mesma família, em Planalto Alegre, perderam a vida. Em 23 de maio, mais um acidente resultou numa morte em Arvoredo; em junho de 2015, mais uma criança próxima a Guatambú e também, uma jovem morreu após a colisão da moto que pilotava com um automóvel que fazia a entrada do trevo da SC-283, em Concórdia.

Assim, quando nós denunciemos e cobramos do governo, junto com as entidades, prefeitos e vereadores e exigimos agilidade nesta obra, foi porque sabíamos do risco e da gravidade da situação. Cabe ao governo do estado cumprir a execução desta obra! Exigimos não só a revitalização desses dois trechos, mas da via toda, desses 360 quilômetros.

É importante frisar também que, quando a população cobra, dá resultado. Eu sempre digo que um governo não é tão generoso que tenha a iniciativa de, por conta própria, anunciar obras. Mas é um movimento da sociedade, a organização, a pressão, que faz com que isso aconteça.

Ainda, nesse processo todo, nessa história toda, em 2008, quando vereadora do município de Chapecó, nós ajudamos num outro enfrentamento, que foi o asfaltamento do acesso ao distrito de Alto da Serra. Uma obra que era reivindicada há anos e que não saía do papel. Naquela ocasião, além de ouvir a comunidade, nós ajudamos a comunidade a trancar uma das estradas com trator, chamando a imprensa, divulgando o abandono, deputado João Amin, a que aquela comunidade estava submetida.

E, após isso, uma série de reuniões com o secretário de estado de Desenvolvimento Regional, a Câmara de Vereadores, enfim, muitas e muitas idas à secretaria da Infraestrutura, também. Quero destacar que há algumas lideranças que sempre estiveram muito envolvidas na conquista desta outra obra - não estou mais falando aqui do SC-283, mas falando agora do distrito de Alto da Serra - como a família do Náco, que inclusive domingo falou em nome da comunidade do Alto da Serra, na presença do governador do estado; a família do Sedoski; a família Batistello; a família Marquesini e a família do Castanha.

Em nome de todas essas lideranças, as mais de 300 famílias que estavam presentes neste ato, reconheço que quem assinou a ordem de serviços foi o governo do estado, mas a muitas mãos. As mãos da prefeitura, R\$ 280 mil, as mãos da deputada Luciane, R\$ 265 mil do Fundan - que não foi sequer citado naquele ato de domingo - e o governo do estado com o restante da obra.

Então, acho que precisamos trazer sempre a memória de quem luta para que façamos justiça, porque a nossa história oficial sempre premia alguns ilustres e esquece a comunidade que se organiza, que se mobiliza e que faz a luta.

Quero resgatar aqui, através das fotos e imagens, esse histórico que traz de forma presente à luta que nós fizemos.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Então, aqui, resgatando ainda no primeiro ano do meu mandato, 2011, as primeiras tratativas junto a audiências que realizamos tanto em Seara quanto em Palmitos. Aqui a imprensa divulgando,

essa foto traz a imagem do nosso vereador Marcelino Chiarello, que não está mais entre nós, naquela ocasião nos acompanhou junto ao Sicom. Empresários de Chapecó e região, movimento de atingidos pelas barragens, enfim, vereadores, lideranças, empresários. A Rádio Belos Montes, também divulgando a crítica do Sicom em relação a SC-283. A próxima foto destaca a associação dos motoristas de ambulâncias que se envolveram muito para que essa obra também fosse uma conquista agora, inclusive trancando a ponte da SC-283, pedindo a revitalização desse trecho. A população ajudou muito nisso também.

Em 2013, nós tivemos três *outdoors* espalhados nesta rodovia, que foi muito importante para chamar a atenção sobre o abandono que se encontrava esse trecho. A imprensa, mais uma vez, exercendo o seu papel de divulgação. Em 2014, as inúmeras audiências e explicações solicitadas ao secretário da Infraestrutura no seu gabinete. Então, o secretário presta esclarecimento sobre essa rodovia, inclusive pelos recursos que estavam orçados e depois foram realocados.

Aqui, então, vemos a comunidade trancando e se mobilizando com relação ao trancamento da rodovia. E a campanha que foi feita na *internet* #Obras283Já. Aqui temos o secretário em nosso gabinete prestando contas sobre essa situação. Os inúmeros ofícios que recebemos. Aqui foi no dia que eu recebo uma ligação do secretário dizendo que a obra ia sair. Demorou bastante, mas enfim agora em 2015 temos esse primeiro anúncio.

Eu quero aqui trazer a história, a memória e o agradecimento a todas as pessoas que de uma forma ou de outra se mobilizaram para que essa obra saísse do papel.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - A obra iniciou?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Foi dada a ordem de serviço agora neste último domingo.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Não iniciou ainda. Neste governo só vemos máquina roncando. Eu

já conheço a questão de ordem de serviço. Inauguraram um hospital há poucos dias aqui em Biguaçu. E o hospital, depois de inaugurado, está fechado. Então, tenho minhas dúvidas referente a algumas coisas que estão anunciando por aí.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, nós vamos acompanhar, fiscalizar e denunciar, que é o nosso papel. Podem ter certeza disso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero registrar a presença do Mário Luís Honorato, Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, do Comando do 5º Distrito Naval, que está prestigiando na tarde de hoje o Parlamento de Santa Catarina. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com palavra o deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que acompanha esta sessão. Quero cumprimentar o dr. José Aluísio Vieira, o dr. Xuxo que se encontra nesta Casa e, em seu nome, saúdo todos os joinvilenses que nos assistem.

Assumo a tribuna nesta tarde para dizer que, nos últimos dias, como presidente da comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, convocamos duas audiências públicas. Uma delas foi provocada pelo deputado Níkolás Reis, na quinta-feira, para discutir o projeto executivo de duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga os municípios de Itajaí e Brusque. E, ontem, na cidade de Timbó, houve uma audiência pública para discutir a situação dos acostamentos e a sinalização das rodovias estaduais de Timbó e da região.

Na reunião de quinta-feira tivemos a presença do proponente, deputado Níkolás Reis, dos

deputados Leonel Pavan, Serafim Venzon, Maurício Eskudlark, Jean Leutprecht, de representantes da Fiesc, da ANTT e de um número significativo de moradores da região. E, infelizmente não compareceu à audiência nenhum representante do Deinfra, nem da secretaria de estado da Infraestrutura. Estava na audiência o secretário regional de Brusque, mas nenhum representante do organismo que gerencia, que cuida das estradas estava presente. Mas a secretaria do Desenvolvimento Regional faz apenas o tapa-buraco. E, coincidentemente, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, o assunto secretarias regionais foi pauta. Então, será discutida mais profundamente essa proposição que o governo do estado encaminha à Assembleia Legislativa transformando esses antigos cabides de emprego, que hoje ainda são nominados como secretarias, como agências reguladoras. Não sei o que isso vai mudar.

E também na audiência pública de ontem, em Timbó, estavam presentes os prefeitos em exercício da cidade de Rio dos Cedros, Marildo Felipe; o representante da SDR de Timbó - e não foi nem a secretária, mas o Marcell Thiago Poffo, que só tem um contrato de tapa-buracos; o representante da deputada Ana Paula Lima; o representante do deputado Serafim Venzon; o vereador proponente Jorge Kruger, os vereadores Douglas Emanuel Marchetti, Waldemar Gebauer, Fabricio Dalcastagné, Reimar Raddatz e o vereador Marcelo Luiz Ferrari, presidente da Câmara dos Vereadores, juntamente com o Marcos Nascimento, diretor de Articulação Política e Institucional, representando o prefeito de Timbó, Laércio Schuster filho. E em mais uma audiência pública não estava presente nenhum representante do Deinfra ou da secretaria de Infraestrutura do estado de Santa Catarina. Não estamos exigindo a imediata resposta por parte da secretaria ou do Deinfra, mas pelo menos um representante para dar uma satisfação, para explicar o porquê das coisas.

Estavam ali, Rio dos Cedros, Benedito Novo, Timbó, Indaial e ninguém, nem do Deinfra, nem da

secretaria de Infraestrutura estavam lá para dar satisfação daquele projeto.

As rodovias ali, a maioria foi projeto do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, pavimentada pelo ex-governador, Esperidião Amin, o governador Paulo Afonso Vieira revitalizou, o governador Luiz Henrique revitalizou. O problema é que hoje os acostamentos não dão segurança nem para pedestre e nem para ciclista.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, deputado, jovem progressista, que veio para contribuir e apresentar projetos importantes.

Eu estava no sul de Santa Catarina num roteiro com o vice-governador, com o presidente do partido, senão estaria, com certeza, lá ajudando a contribuir e cobrando de quem é de fato e de direito dar uma resposta, porque, às vezes, depende apenas de uma resposta.

Quero lhe cumprimentar e dizer que se não estivesse ocupado eu estaria lá, junto.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado deputado Manoel Mota. É uma falta de respeito com o deputado Níkolás Reis, com o vereador Jorge, de Timbó, com algum integrante da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Nestes dois casos específicos, tanto de quinta-feira quanto de ontem é uma falta de respeito, deputado Serafim Venzon, com a população de Itajaí, de Brusque, de Timbó, de Indaial. Uma falta de respeito que nenhum representante do Deinfra viesse a esta Casa ou fosse a Timbó na audiência pública que o senhor participou. Ontem, em Timbó, o seu representante participou e ninguém do Deinfra deu satisfação.

Diferentemente, do que vemos do montante de obras executadas por parte do governo do estado, deputado Leonel Pavan, o governo do estado não mandando um representante, não é uma falta de respeito com os deputados, é com a população.

Quinta-feira o senhor se encontrava, aqui, na audiência pública do deputado Níkolás Reis e

vários vereadores esperavam uma resposta do Deinfra. A vereadora Marlei Beyer, de Benedito Novo, fez um extenso relatório fotográfico como o vereador Jorge Krueger e nada do Deinfra, nem da secretaria de Infraestrutura, compareceram, muito menos arrumaram as reclamações que foram colocadas lá. É bom lembrar que em todas as audiências públicas ocorridas com relação ao orçamento regional, prioritariamente, majoritariamente, as reivindicações eram de melhoria de pavimentação, juntamente com a saúde e com a segurança, mas a pavimentação foi realmente com muito maior número debatida e reivindicada.

E para finalizar, já que nem tudo é reclamação, deputado Padre Pedro Baldissera, ontem, na cidade de Timbó, realmente, foi um dia muito especial. Quase R\$ 3,5 milhões de melhorias ao hospital OASE, que não atende somente o médio e o vale do Itajaí, chega a atender - não é homenagem ao dr. Xuxu que se encontra na Assembleia - em Joinville, no norte do estado. O hospital OASE teve um aporte financeiro de R\$ 3,5 milhões, 25% da prefeitura quando a população de Timbó deixou de pagar o desconto do IPTU e disponibilizou recurso financeiro para o hospital. Também a presença do governo do estado ajudando em 25% os recursos daquele hospital. E 50% do que foi, ontem, investido na solenidade, deputado Dalmo Claro, o senhor foi mencionado pelo prefeito Laércio, agradecido em público pelo prefeito, por sua ajuda ao hospital OASE quando secretário de Saúde do estado de Santa Catarina ao município, que aquele hospital tem uma referência. E um empresário de Jaraguá do Sul com 50% do montante investido, na solenidade ontem, disponível ao Hospital OASE, que realmente não é somente referência para a população de Timbó e médio vale. Mas para o estado de Santa Catarina como referência em saúde.

Se o deputado, ex-governador, ex-senador, Leonel Pavan, pede a palavra eu sou obrigado a ouvir a sua contribuição, porque com certeza vai socializar o seu conhecimento pelo estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado João Amin, v.exa. levantou dois assuntos importantes. Eu até pensei em me referir sobre a questão das rodovias, mas quando levanta a questão da saúde e v.exa. disse que agora seria um elogio referente ao que está acontecendo em relação, especialmente, a esse hospital que citou. Eu não poderia dizer o mesmo referente à saúde dos hospitais de Santa Catarina.

Não há um dia que nós aqui não recebamos alguém de algum município para pleitear alguma coisa sobre hospital. Eu quero me referir ao hospital de Balneário Camboriú, Hospital Municipal e Maternidade Ruth Cardoso, que leva o nome da esposa falecida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O referido hospital atende quase a todos os municípios da região, 100% SUS e, infelizmente por mais que nós tentássemos sensibilizar o governo para que coloque alguns recursos para investimentos, para que aquele hospital possa continuar oferecendo um serviço de qualidade às pessoas; até agora é apenas promessa.

Balneário Camboriú, assim como o prefeito, os srs. vereadores e a sociedade, reivindicam e certamente dezenas de outros hospitais em Santa Catarina clamam por maiores investimentos, por recursos por parte do governo do estado e do federal. Cada município que abre hospital depois tem dificuldades em mantê-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

Para finalizar agradeço a disponibilização do tempo e também a contribuição dos demais deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Deputado João Amin, apenas quero cumprimentá-lo pela menção, na verdade a questão do Hospital OASE, que era coisa que nós privilegiamos no exercício da nossa gestão da secretaria de estado da Saúde, é capacitar hospitais que tinham características regionais ou microrregionais, como era o caso de Timbó, mas acaba se tornando até um regional que hoje faz cirurgias ortopédicas para Joinville porque o de lá não consegue fazer e isso é uma realidade.

Então, naquela época nós procuramos fazer exatamente isso e eu fico contente de ver que além da comunidade, do estado, provavelmente foi aquela nossa contribuição e do próprio município que um particular, um privado tenha feito essa doação de 50% do valor dessa reforma que foi aplicado lá. Depois farei menção na tribuna a respeito desse assunto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de parabenizar o presidente das federações dos hospitais de Santa Catarina, dr. Tércio Egon Paulo Kasten, pela grande confraternização que fizemos na Associação Médica Catarinense, fazendo com que os hospitais comecem a estar em evidência em reivindicação.

Faz tempo que nós não vemos os hospitais reivindicando os seus problemas, porque não dizer os seus direitos. Temos feito aplicações financeiras em muitas outras áreas. Acho que o governo do estado, o federal e o municipal tem, sim, que se preocupar com os hospitais.

Tem a importante representação na Assembleia Legislativa com vários deputados que estão defendendo a verba para os hospitais, especialmente as sobras constitucionais desta

Casa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas que realmente aconteça isso em nível de lei da Assembleia Legislativa.

Tivemos, hoje, o diligenciamento feito pelo deputado José Nei Ascari, fazendo com que essas diligências venham ajudar o projeto para que os hospitais filantrópicos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na sequência o horário pertence ao Bloco Frente Renovação PSB, PR e PPS.

Com a palavra por até oito minutos o deputado Natalino Lázare.

O SR. NATALINO LÁZARE - Boa-tarde sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas e srs. deputados, ouvintes da nossa Rádio Alesc, e telespectadores da nossa TVAL.

Eu gostaria de externar efusivos agradecimentos ao nosso governador do estado, João Raimundo Colombo por ter permitido a esta Casa - especificamente a comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa - a oportunidade de levarmos a ele o nosso projeto sobre o qual já falamos diversas vezes nesta tribuna, a respeito do biogás, da bioenergia ou o programa de agroenergia como nós estamos denominando.

Tivemos o privilégio de na última quarta-feira sermos recebidos pelo governador do estado e trazermos um dos maiores conhecedores do biogás do Brasil, presidente da Associação Brasileira do Biogás e da Associação Brasileira do Biometano sr. Cícero Bley, um dos diretores da Itaipu binacional, o criador da Empresa Cigás, que é uma empresa de renome nacional e internacional, afim de que ele fizesse uma exposição ao sr. governador e sua equipe, a importância da criação deste projeto.

Neste sentido, nós tivemos a presença honrosa de diversas entidades e de diversos empresários interessados em realmente investir no biogás e na bioenergia em Santa Catarina, oriundos dos dejetos de suínos animais. A biomassa que está sendo

jogada fora, tem grande potencial de transformação em gás e energia, deputado Manoel Mota.

Tivemos também a presença da Ocesc que congrega todo o sistema das cooperativas de Santa Catarina; a presença da Faesc, do dr. José Zeferino Pedrozo que foi deputado estadual nesta Casa; a presença do secretário Nelson Serpa, do dr. Airton Spiers; dos empresários do município de Videira, Osmar Carboni e do empresário Mário Faccin - que é o maior produtor de suínos individual da América Latina, e tem a intenção de desenvolver mais esse projeto; a presença do presidente da Associação Comercial Industrial e Agrícola do município de Videira, sr. Vilson Giazsoni; o prefeito do município de Fraiburgo, sr. Ivo Biazzolo; de Arroio Trinta, Alcidir Felchilcher e o prefeito do município de Salto Veloso, Claudemir Cesca e outras autoridades. Portanto, uma comitiva representativa para tratar desse assunto.

E o motivo de eu estar aqui, sr. presidente, é para agradecer, porque o governador vendo um projeto piloto imediatamente se sensibilizou - que nós fomos, através do apoio do presidente deputado Gelson Merisio e da TVAL, verificar em Marechal Cândido Rondon - o Projeto Ajuricaba, que é um projeto que deu certo, que é a mostra daquilo que dá para fazer com essa massa orgânica provenientes de animais.

O governador sensibilizou-se com o projeto, com essa ideia e determinou a formação de um grupo de trabalho técnico que prepare um estudo para fomentar exatamente isso que nós pretendemos que é um programa estadual de biogás, de bioenergia proveniente de dejetos de animais.

O que está ocorrendo deputado José Milton Scheffer, v.exa. também está em uma região que produz bastante massa orgânica de dejetos de suínos, é que existem experiências espalhadas pelo estado afora de maneira isolada deputado Dirceu Dresch, o sr. sabe, em Itapiranga e Concórdia tem, mas o que não tem ainda é uma unidade, um programa que congregue isso tudo, todos os esforços.

Então, a nossa ideia é da comissão de Agricultura é que o governo crie um programa específico de agroenergia. E o que precisa acontecer? Há que se agregar todas essas experiências vitoriosas, essas ideias que estão colocadas em prática. Temos que desenvolver tecnologias adequadas, pois essa é uma das reclamações de quem produz a energia elétrica, que ainda não temos uma tecnologia altamente desenvolvida nesse setor. Temos que criar isso, é muito importante: assistência técnica; e temos que criar - é fundamental - uma linha de financiamento para implantar o programa. Assim como há financiamentos para ajudar as empresas e os próprios agricultores, precisamos de uma linha de financiamento próprio para a geração de gás e de energia nas propriedades rurais.

Evidentemente nós temos diversos caminhos a serem percorridos, mas o primeiro deles é aquele que o governador determinou, que é a criação de um grupo de trabalho que vai ser formado pela secretaria de Desenvolvimento Sustentável, pela Celesc, pela SCGás, pela secretaria de Agricultura, enfim por todos esses órgãos técnicos que tratam desse assunto.

Será criado, portanto um anteprojeto e gostaríamos que este projeto nos levasse realmente a criarmos o programa catarinense de agroenergia. Porque temos um grande potencial, que nos propicia a produção de gás e energia, mas está se jogando fora. Nós importamos dois milhões de metros cúbicos de gás por mês da Bolívia e nós temos condições de produzir em Santa Catarina, quatro milhões, segundo estudos que temos, de gás em Santa Catarina proveniente dos dejetos de animais. Portanto, precisamos pensar que além de ser uma fonte de renda alternativa na agricultura, uma fonte econômica importante, é também uma questão ambiental, um problema que pode ser convertido em ganho econômico. Um problema que podemos transformar em uma grande solução econômica.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Quero lhe cumprimentar pelo pronunciamento e pela iniciativa, foi uma de suas primeiras iniciativas nessa Casa, tomou conhecimento de uma série de projetos.

Cumprimentar também o governador por aderir essa ideia, proposta pelo nobre parlamentar, e com muito orgulho como presidente da comissão de Agricultura dessa Casa, eu acho que a sustentabilidade da propriedade agrícola em Santa Catarina nos falta ainda essa matriz energética que pode vir muito bem através de uma política estadual de produção de energia na propriedade. Nós temos não só dejetos, mas também palha que podem, deputado Natalino Lázare, agregar a isso. Por exemplo, a produção de arroz do litoral, é possível produzir muita energia com a palha de arroz, e muitas vezes está sendo queimada pelos produtores, porque ela acaba produzindo doenças para a próxima lavoura, e é possível produzir através de biomassa.

A Udesc em Lages tem estudos muito importantes nessa área, também de resíduos florestais, então eu quero lhe cumprimentar, o tempo é curto, mas lhe desejo sucesso e cito a alegria dessa iniciativa, pois sei que partiu do nobre parlamentar e está tendo eco também no Poder Executivo, parabéns pelo trabalho!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Uma nova matriz energética, v.exa. acertou muito bem e muito obrigado pela sua contribuição.

Era isso senhor presidente e conto com o apoio dessa Casa, porque será o grande projeto para a agricultura do futuro sem dúvida nenhuma.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Feita a manifestação, deputado Natalino Lázare. Na sequência, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, pertence ao bloco social progressista, PP - PSDB, deputado Silvio Dreveck líder do governo, ao qual concedemos a palavra por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados e sras. deputadas, vou tratar de um assunto hoje bastante polêmico, mas ao mesmo tempo imprescindível, no meu modo de ver, haja vista a população brasileira e nós aqui em Santa Catarina estarmos numa expectativa de que algo diferente para melhor precisa ser feito.

Falamos muito, no decorrer desse período desde 2013, principalmente das reformas não só aqui no estado de Santa Catarina, mas a grande maioria na esfera federal tanto por parte do governo e do Congresso Nacional falou-se em reforma tributária, em reforma política. Falou-se muito nas reformas da estrutura brasileira desde o sistema rodoviário, ferroviário, portuário, energético, além de reforma tributária entre outras.

O que vimos até o momento, sr. presidente, praticamente uma estagnação porque não aconteceu reforma política, não aconteceu reforma partidária, não aconteceram as reformas estruturantes, e o povo continua clamando por serviços públicos de melhor qualidade na saúde, na educação, na segurança, enfim, de todos os serviços públicos que os entes federados têm a obrigação de fazer à população brasileira e aos catarinenses.

Mas também há outras reformas, outras leis complementares desde 1988, quando foi feita a nossa Constituição Federal e ficou nas leis complementares para se realizar e não aconteceu, cito, por exemplo, o direito de greve no serviço público.

Na manhã de hoje, recebi em meu gabinete alunos do Instituto Federal de Santa Catarina pedindo aula por meio do movimento quero aula. São 33 mil alunos que estão sem aula por mais de 45 dias, perdendo praticamente o semestre, não há espaço para repor essas aulas, infelizmente não há iniciativa de se concluir pelo final da greve, e quem está pagando a conta são os 33 mil estudantes, os familiares e toda a população catarinense que paga os seus impostos, mas não têm o serviço prestado, nesse caso específico, na educação, no Instituto Federal de Santa Catarina.

É lamentável e triste, num país como o Brasil, que precisa, onde é indispensável a educação como conhecimento para evoluir, para dar oportunidade e para se tornar um país mais competitivo.

E o que nós estamos acompanhando - além da educação, no caso específico do Instituto Federal de Educação em Santa Catarina - mais uma greve no serviço público. O INSS também está se aproximando dos 50 dias de greve. Milhares de brasileiros estão com os seus processos paralisados, já deu o tempo das suas aposentadorias, e outras aposentadorias, pensões, e outros benefícios que o INSS tem por obrigação conceder à população brasileira, infelizmente, estão deixando de receber, estão na porta de espera e nada acontece.

Até parece que é uma coisa combinada, uma coisa acertada. Enquanto nós estamos em greve o governo não precisa utilizar recursos para conceder os benefícios. Mas a população continua lá, sem atendimento. Que contribui, que paga, que espera anos e anos e quando chega a vez, infelizmente, não é atendido.

E por que acontece isso, no Brasil? Volto um pouco ao raciocínio inicial. Eu não estou me pronunciando aqui para dizer que sou contra ao direito de greve, mas o direito de greve, no serviço público, tem que ser regulamentado, como já fizeram os outros países que estão anos luz na nossa frente, onde há o direito de greve, mas também há o limite e há critérios para se manter, para reivindicar, para cobrar, sem que haja esse prejuízo à população que precisa do serviço público.

E sem que haja também o prejuízo financeiro para a população, porque, deputado Jean Leutprecht, na medida em que eu não estou trabalhando, mas estou recebendo, a população está pagando duas vezes, uma vez o normal e mais uma vez estou pagando porque não há o serviço prestado, não há a contraprestação de serviços.

Falava-se a respeito da contribuição sindical, é muito estranho que, se há essa necessidade, de que não tem recurso, não tem dinheiro, ao mesmo

tempo vejamos um movimento sindical muito forte, que tem uma contribuição de um dia de serviço que é doado para o sindicato. É um dia de serviço do trabalhador, de todos os trabalhadores e trabalhadoras, que estão formalizados, ou seja, aqueles que possuem contratos, que é a arrecadação que vai compartilhada, evidentemente, mas que vai para os sindicatos.

Ora, se o trabalhador dá a sua é porque é obrigatória, um dia de trabalho (não posso precisar os valores) certamente são bilhões de reais que se arrecadam no Brasil, que é distribuído.

Qual é a expectativa do trabalhador do serviço público ou privado? Eu vou dar minha contribuição de serviço de um dia, mas também espero que haja contrapartida do serviço. E não é o que está acontecendo.

Está faltando alguém ter um pouquinho de audácia, para pelo menos colocar o assunto em debate, sequer está acontecendo, quanto mais tomar uma iniciativa de um projeto de lei para estabelecer os critérios do direito de greve. Também se esqueceram de, e não está se debatendo, a contribuição sindical. Repito, países desenvolvidos têm sim os sindicatos - como o Brasil deve ter - mas, também há a participação do trabalhador, quando ele quer ser associado ou não.

No Brasil independe, se ele for associado ou não, ele vai pagar. Ele está pagando, mas espera que também que seja defendido o interesse não só da remuneração, não só do salário, mas também do serviço público prestado, como é o caso que eu falei no início a respeito da greve do Instituto Federal de Educação.

Para finalizar, assuntos relevantes que a sociedade, ou seja, que a população está reivindicando a partir de 2013, e que nós, infelizmente, não avançamos, não diminuimos as despesas de custeio, não fizemos as reformas e ainda se movimenta no sentido de aumentar impostos, como vimos nos últimos dias. Não vimos nenhuma iniciativa de diminuir o tamanho do estado, diminuir a máquina pública, para tornar

mais eficiente e ter mais recursos para investimentos em favor da população brasileira e do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinando aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertence ao PCdoB.

Com a palavra o deputado Jean Leutprecht, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente, srs. deputados, mais uma honra muito grande estar aqui nesta tribuna representando o PCdoB. E neste dia vou me ater mais a questão profissional, em função de ser o Dia do Profissional de Educação Física, da qual eu represento a categoria, como membro do Conselho Regional de Educação Física.

(Passa a ler)

"Dia do Profissional da Educação Física.

É com muita satisfação e orgulho que comemoramos no dia 1º de setembro o dia do Profissional de Educação Física em todo o Brasil. Neste dia também se comemora a regulamentação da profissão que foi instituída pela Lei Federal n. 9.696, de 1998, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e a partir daí temos comemorado muitas conquistas, pois a Educação Física não é mais uma profissão do futuro, é a profissão do agora, do presente, e despretensiosamente podemos dizer até que é a profissão do século.

Dizemos isso, por que estamos vivendo uma transição demográfica rápida e radical, pois cada vez mais a saúde supera a importância da estética. A qualidade de vida deixou de ser apenas um conceito em discussão para ser uma necessidade vital da população mundial. O profissional de Educação Física está fortemente inserido nesse contexto, pois está presente em todas as fases da vida das pessoas, desde a idade de bebê até a idade centenária, se assim acontecer.

Essa profissão oferece a população várias formas de promoção da saúde, da educação, do

esporte e da qualidade de vida, mas apesar do imenso potencial do Brasil ainda engatinhamos quanto aos fatores educacionais e de saúde no contexto da educação física.

Estamos às vésperas do maior evento esportivo do mundo que são as olimpíadas. Ao mesmo tempo em que apreciaremos o evento, é importante refletirmos sobre ele, pois os atletas que lá competirão um dia foram crianças, tiveram idade escolar, se descobriram ou foram descobertos ainda nas aulas de Educação Física. Esses atletas tinham e tem dons diferenciados, tiveram ou não incentivo para se desenvolver nas suas modalidades, mas com certeza eles tiveram e tem pelo menos um profissional de Educação Física ao seu lado, que investiu seus conhecimentos para que se tornassem atletas de alto rendimento, representando o Brasil por aonde vão.

Ainda assim, infelizmente, este país reconhece pouco os profissionais de Educação Física. Mas temos esperança e trabalhamos fortemente no Cref/SC junto aos conselheiros, colaboradores e parceiros para que essa realidade mude e se torne mais positiva com a ampliação da contratação de profissionais da Educação Física nas escolas, empresas e órgãos públicos, para a melhor remuneração e maior visibilidade. Para mais compreensão sobre a importância da Educação Física na vida da população e especialmente para que os profissionais que estão no mercado sejam habilitados e qualificados para o serviço que prestam.

A sociedade é que nos inspira a continuar na luta diária para construir uma Educação Física mais engajada, influente e séria do ponto de vista da valorização da profissão e do profissional, pois ele é um dos agentes de transformação social capaz de auxiliar e orientar as pessoas na busca por hábitos de vida mais saudáveis e adequados ao cenário em que vivemos.

O Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina existe para que os profissionais e pessoas jurídicas do meio cumpram com regularidade

e ética o seu papel de promotores da saúde e seguiremos nesse caminho.

Convidamos a todos para conhecerem e aprofundarem seus conhecimentos sobre a atuação do Cref em Santa Catarina, que é ampla e transparente. Mais do que isso convidamos para melhor compreenderem a profissão e as possibilidades de intervenção do profissional dessa área.

Temos muito para mostrar, muito para contar e, sobretudo, muito para fazer, e toda a colaboração, apoio e valorização são sempre bem-vindos.

Parabéns aos profissionais da Educação Física hoje e sempre. É por vocês e para que a sociedade tenha o direito a ser atendida por profissionais habilitados que o Cref/SC trabalha."

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentar o deputado Jean Leutprecht pela homenagem justa que faz aos profissionais da Educação Física. Esses profissionais são muito importantes na educação das crianças, dos alunos e dos atletas. Se o país hoje ocupa posição de vanguarda em quase todos os esportes, deve-se evidentemente em grande parte a esses valorosos profissionais. Por isso o PR quer também prestar uma homenagem sincera aos profissionais da Educação Física.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o parlamento na tarde de hoje.

Eu gostaria de fazer algumas considerações que entendo importantes.

A BR-101 foi uma tarefa sem limite, muito trabalho, muita dedicação, muitos problemas pela frente, mas hoje nós pegamos apenas um gargalo. O gargalo de Tubarão e Morro do Formigão, a empresa está trabalhando relativamente bem. Então, acredito que se não terminar até o final do ano, mas não passa muito do final do ano. É assim que eu entendo a situação da BR-101. Agora, o que nos deixa desconfortável é que uma BR-101 que ainda não foi nem entregue à sociedade, porque ainda faltam obras. Tem local que já foi recuperado três vezes. Então, preciso admitir que foi uma obra de péssima qualidade. O projeto é uma engenharia de primeiro mundo, a ponte ficou muito linda, mas a pavimentação ficou muito longe daquilo que nós esperamos. É preciso reformar a cada instante. Precisa colocar asfalto novo, numa obra que foi realizada há pouco tempo. Não se justifica.

Eu gostaria de falar sobre a Serra do Faxinal. Serra do Faxinal é uma novela mexicana. O prefeito se encontrava aqui, Valcir Darós, juntamente com o coordenador dos trabalhos, Heriberto Schmidt, mas eu fico indignado, triste, porque como uma obra que estava quase pronta, uma procuradora entra com uma ação em razão da perereca. A obra parou e levou quatro anos para provarmos que existem milhões de pererecas. E agora está liberada a licença. A obra antes custaria R\$ 27 milhões, agora a obra custará R\$ 64 milhões. Quem vai pagar? Quem vai pagar essa diferença? O povo novamente? É evidente que será o povo.

E a empresa ganhadora, que é portuguesa, agora que a licença está pronta, não quer começar a obra. E hoje parece que é o veredito. Ou a empresa assume, hoje, ou vamos chamar a segunda colocada para poder começar a obra.

Este é o Brasil das ações, este é o Brasil que a cada momento precisa debater questões decisivas para o ser humano.

Quero aqui falar da Serra da Rocinha. Depois de um ano e três meses foi entregue a ordem de serviço na BR-285, obra federal. A ordem foi entregue, na época, pela senadora Ideli Salvatti. A empresa de Criciúma, Setep, que ganhou a

licitação comprou equipamentos novos para realizar a obra. A obra não deu nem um passo para frente. É uma situação é inacreditável.

Estamos agora nessa pendência e o município de Timbé do Sul fica ansioso. A obra é do governo federal, antes o governo do estado dava manutenção e, agora, porque a obra vai sair está com o governo federal. Um não dá manutenção e nem outro e a população nos gritos. Os caminhões que descem de lá, nos gritos.

E aí quem é que paga o preço? É o deputado da região. Somos nós que apanhamos lá, por isso que eu tenho pouco cabelo de tanto apanhar quando o governo assume e não realiza.

A barragem do Rio do Salto foi mais de 30 anos de luta até nós conquistarmos a primeira etapa para iniciar. Tinha a licença ambiental, depois houve a denúncia de que tinha um lixão lá na ponta, parou tudo e tiveram que refazer o projeto. Hoje, ainda está no PAC, mas a licença sem uma Rima não existe.

Então, por isso cansamos de tanto lutar e na hora que a bola pode ser o gol, o juiz apita para não ir para frente a bola. Então, é muito difícil conviver com ações que não são realizadas. É muito difícil iludir as pessoas, como lá que assumimos porque confiamos e as coisas não acontecem, mas nós continuamos lutando e trabalhando.

A nossa região é forte, turística, se prepara para a grande missão, que é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. É o tripé do desenvolvimento de toda aquela região. Agora, se nós não realizarmos a infraestrutura, como é que as empresas irão se instalar em nossas regiões. Então, é preciso que essas obras saiam do papel para entrarem em prática.

Não posso aqui tecer nenhum comentário a não ser positivo ao governador do estado, que não tem absolutamente nenhuma culpa disso, porque foi licitado, entregou, a empresa estava realizando e a procuradora cortou, parou cinco anos e, hoje, conseguimos reverter. Temos a licença ambiental e, agora, é a empresa.

Então, não é fácil nós sobrevivermos numa região onde se luta uma vida toda e quando chega na hora de resolver, de criar infraestrutura, de realizar as obras isso não acontece. Às vezes, ficamos analisando com profundidade se vale a pena se matar, lutar, trabalhar como se faz a vida toda. Eu sou uma pessoa com 33 anos de vida pública, nunca tirei uma licença na minha vida, eu não sei o que são férias. Sempre lutando e trabalhando para buscar esses resultados que são fundamentais para minha região.

E, hoje, deputado Romildo Titon, está no papel e não se sabe se a empresa vai realizar, porque se decide hoje a Serra do Faxinal; não se sabe se aquela ordem de serviço foi para valer na BR-285. É essa agonia que nos deixa no sufoco, por isso tenho certeza de que vocês adoecem porque estão passando o mesmo sufoco de um governo que vem, promete e depois não realiza e aí as coisas ficam difíceis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Quero abordar rapidamente dois assuntos. O primeiro é sobre a votação em turno único, com regime de urgência, de uma alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual da secretaria de estado da Saúde, que vai remanejar um recurso destinado inicialmente para adequação e reforma da Maternidade Carmela Dutra, aqui de Florianópolis, para outras obras na secretaria de estado da Saúde.

Fiz contato com setores responsáveis e parece-me que a coisa tem uma razão interessante. Essas adequações na Maternidade Carmela Dutra na monta de um pouco mais de R\$ 1 milhão que em termos de obras em hospital é uma cifra pequena será suprida por uma verba do governo federal do chamado Rede Cegonha.

Mas o que eu quero alertar sobre isso é bom lembrarmos que a Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis tem mais de 60 anos o seu prédio, já tem hoje uma inadequação física. É a segunda maior maternidade de Santa Catarina, que atende toda a Grande Florianópolis, junto com o Hospital Regional de São José e necessitam que num médio e longo prazo que seja colocado no orçamento do governo do estado a construção de um novo prédio para a Maternidade Carmela Dutra. Adequado às novas normas de estruturação física e funcional, aquilo que precisa para uma maternidade moderna, para atender este grande contingente populacional da Grande Florianópolis.

Mas o assunto mais importante desse momento, que gostaria de dedicar a maior parte do tempo aqui na Assembleia, é sobre uma audiência pública para tratarmos da Central de Regulação do Samu.

Central de Regulação é aquela central basicamente telefônica embasada em equipamentos de informática, de computação, que através de técnicos de atendimento telefônico de regulação e médicos fazem aquela regulação do Samu e da pessoa que telefona pedindo um auxílio e faz a regulação da necessidade do atendimento e de que tipo de unidade móvel se é avançada ou básica, e se necessita de uma orientação médica enquanto o atendimento está para chegar ou não. As vezes estas situações podem ser resolvidas via telefone pelo próprio médico ou não.

Quero destacar primeiro que quando eu estava na secretaria de estado da Saúde, o Samu tinha uma dificuldade enorme em manter a sua equipe funcionando, deputado Cleiton Salvaro, porque faltavam médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem, e o estado tinha dificuldade de contratar. E a Justiça do Trabalho tinha uma decisão que obrigava o governo do estado a demitir os temporários que estavam com contratos acima de dois anos além do que a lei permite.

Nós fizemos então uma organização de saúde sem fins lucrativos para fazer a gestão do Samu aqui em Santa Catarina. A partir disso - apesar de todas as dificuldades críticas e ideológicas

inclusive com relação as organizações sociais - o Samu passou a ter a equipe completa, e saltou de 620, 640 servidores para 1.100 pessoas trabalhando. Ampliou-se de sete para oito centrais de regulação incluindo também Caçador. As ambulâncias passaram a ser seguradas - às vezes há uma perda de ambulâncias do Samu.

Nosso atendimento melhorou bastante, a tal ponto que tive a satisfação de ouvir da promotora de Justiça daqui da área da saúde de Florianópolis, a dra. Sônia Piardi (que era uma crítica do modelo) iniciou sua fala dizendo que por conta dessa mudança na central de regulação - da qual já vou falar - para que mexer em algo que está funcionando bem?

Então, aquilo já me valeu a audiência, deputado Maurício Eskudlark, porque a promotora que criticava o modelo, provavelmente receosa, que não funcionasse bem reconheceu ontem de que 'para que mexer naquilo que estava funcionando bem?'

Então, fico satisfeito por ter essa avaliação do Ministério Público do estado, que era crítico do modelo do governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, modelo que eles defenderam na sua campanha de gestão de certas estruturas do estado por organizações sociais.

A ideia do governo do estado, da secretaria de Estado da Saúde comandada pelo secretário João Paulo Kleinübing é que, ao invés de termos oito centrais telefônicas de regulação, passem para uma só.

A dúvida que é justa por parte das lideranças, da sociedade catarinense, é se essa central única no estado vai dar a mesma qualidade de atendimento que são essas centrais de cada região, por conta que o regulador conhecer ou não as ruas, as cidades etc.

O que eu posso dizer é que, por exemplo, toda a região norte e nordeste de Santa Catarina é atendida por uma central de regulação e Joinville. E muito provavelmente o técnico de atendimento telefônico que está em Joinville não conhece as ruas, o transito de São Bento do Sul, de Jaraguá, de Canoinhas, de Mafra, de Porto União.

Então, se ele está locado em Joinville, Blumenau ou Florianópolis, creio que isso não vai fazer muita diferença, nós temos que dar o voto de confiança ao secretário de Estado nesta sua iniciativa e é claro que ficar atentos para que a qualidade do serviço não se deteriore. Que se mantenha um número de linha telefônica adequado, suficiente para o atendimento e que o número de técnicos e médicos reguladores em atendimento, também se mantenham em quantidade suficiente e adequada.

Para avaliar o serviço, existem medidores e indicadores; o governo do estado e a secretaria da saúde devem estar cientes e zelosos nos informando se a qualidade se mantém e principalmente que ela não piorou. Temos que dar esse voto de confiança ao secretário e ao governo do estado nessa modificação, eu sou favorável em buscar a economicidade e a redução de custos mantendo a mesma qualidade no atendimento.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos que nos acompanham. Volto a esta tribuna sr. Presidente, para falar sobre a Segurança Pública em Santa Catarina.

Não posso me calar! Ontem visitei - depois de duas semanas que já estava agendando essa visita - duas famílias no interior do município de Saudades, a família Ternos e a família Bercauer. As duas famílias perderam jovens rapazes, por violentas mortes, um queimado dentro de um carro e o outro morto de forma brutal. A morte brutal de um rapaz também escondido dentro do porta-malas do seu próprio carro!

No final de semana, tivemos a informação de quatro jovens mortos em Chapecó. Pode-se falar:

"Ahh... mas foram jovens metidos com tráfico!", mas nós não podemos admitir isso! Que Santa Catarina se transforme em um estado violento ou quem sabe, dos mais violentos; suas cidades as mais violentas do país.

Quero trazer esta informação porque estou percebendo um grande processo de impunidade, e reafirmo também a situação da falta de policiamento e de estrutura da polícia militar e civil.

Vejo aqui também outros deputados: deputado Aldo Schneider, fez hoje um pedido de informação inclusive sobre o concurso público de policiais; deputado José Milton Scheffer, fazendo aqui uma indicação sobre o tema dos policiais militares e que levanta a problemática da segurança no nosso Estado.

Peço, sr. Presidente, para a assessoria exibir a reportagem, muito rápida, que vem tratando esse tema.

(Procede-se a exibição do vídeo)

É isso aí! Só quero citar que há concurso aberto, o povo clama por mais segurança, mas também não é só policial que resolve, está muito claro. Há necessidade de ter política de prevenção, ou seja, um processo construído para resolver a questão da segurança e da insegurança pública. Por exemplo, a apuração de crimes que é um das grandes reivindicações das famílias visitadas, uma vez que a impunidade vai tomando conta, e o crime está cada vez mais solto para as suas atividades.

Então, quero levantar isso e também, sr. presidente, dizer que fizemos na última quinta-feira uma audiência pública sobre o sistema prisional que coloca um grande alerta também da superlotação dos nossos presídios, da falta de política de recuperação dos presos que no futuro vão voltar e conviver com a sociedade. Isso é uma grande preocupação, como também a terceirização, o seu custo, o estado diz que precisa terceirizar para baratear o custo, mas o Tribunal de Contas, no seu relatório, levanta justamente o contrário

que o custo da terceirização está dobrando para o estado.

Então, isso tudo precisa ser enfrentado, discutido e, com certeza, não é só com palavras, com promessas, como vimos aí, que a coisa se resolve. É pela questão da ação concreta, como disse o deputado Silvio Dreveck. Não é inchar a máquina, mas prestar serviços à sociedade com todos os seus direitos. É Isso que a sociedade exige.

Obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente. Eu vou dividir este tempo com o ilustre deputado Darci de Matos, mas rapidamente quero fazer uma abordagem de alguns temas que havia programado.

Parabenizo o deputado Dirceu Dresch pela abordagem na questão da segurança, nós também temos feito seguidamente esta abordagem, e, como ele disse, a solução passa por nomear novos policiais, mas não só por isso. Bom se fosse nomearmos mais dois, três mil policiais em Santa Catarina e resolvesse o problema da criminalidade.

Assim no Brasil, também, é importante a questão, mas o fator primordial que eu entendo, do aumento da criminalidade, é a impunidade. É a quase certeza dos autores de crimes de que não vão, primeiro, achar que não vão ser descobertos, e, se forem descobertos, com a justiça morosa, com os recursos que existem, que não vão ser condenados.

E, por fim, que, se condenados, não vão cumprir as penas porque os benefícios da legislação são muito grandes. Então, nós que temos trabalhado todos para a nomeação dos policiais

aprovados, conversava ontem com o secretário de estado da Fazenda, Antonio Gavazzoni, e ele levantando até a hipótese, o estudo da nomeação de policiais, vejo aqui o meu amigo Roberto Salum, a cada semestre, como era a academia nos tempos antigos, que a cada semestre tinha uma turma de escrivães, de agentes e de delegados se formando, e não como foi nos últimos tempos, ante a necessidade, de academia de 300, 400. Houve a nomeação pelo governador Raimundo Colombo, num momento só, de 512 policiais civis. Então, muito importante.

Gostaria de registrar aqui, já foi falado inclusive pela deputada Luciane Carminatti, a presença do governador no último final de semana, no oeste de Santa Catarina, onde inaugurou algumas obras, e também autorizou a revitalização da SC-283, no trecho Chapecó - Águas de Chapecó. Em dois trechos subdivididos, o primeiro trecho Chapecó - Planalto Alegre, o segundo trecho Planalto Alegre até Águas de Chapecó.

É uma rodovia importante de escoamento da produção, trazendo a produção até o município de Chapecó, e também produção que vem para o litoral, para os nossos portos.

Então, gostaria de registrar essas obras importantes, uma que foi inaugurada, efetivamente pronta, e outra que foi assinada, foi autorizada a ordem de serviço para o imediato início das obras daquela rodovia.

E sobre o terceiro tema, só para registrar, nós tivemos uma audiência pública, o deputado João Amin já falou aqui do plenário, da tribuna, a respeito da rodovia Antônio Heil. Ontem conversei com o diretor do Deinfra, falei das necessidades, do que a população ali está pedindo. A visão dos técnicos, é que ali foi feito, deputado, um projeto de rodovia, e, na verdade, a nossa população quer uma avenida, porque ali, devido ao conglomerado habitacional, o comércio e tal, cada um quer que possa cruzar de um lado para o outro da rodovia, o mais próximo das suas casas.

Mas é uma obra importante.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Pelo número de pessoas que estiveram aqui na Assembleia Legislativa, com a sua presença, o proponente da audiência, o deputado Níkolos Reis, o deputado Serafim Venzon, o deputado Jean Leutprecht, o governador, deputado Leonel Pavan, acho que infelizmente só o secretário de Desenvolvimento de Brusque veio. Infelizmente, o Deinfra não veio naquele momento.

Então, o seu comentário é muito pertinente, para que aquela população que veio até a Assembleia Legislativa, se deslocou de Itajaí e de Brusque para discutir aquele assunto, pelo menos tenha uma resposta, e a sua ida à tribuna, obviamente, que ajuda a levar essas informações àquela população que se deslocou na última quinta-feira, para a Assembleia Legislativa, aqui em Florianópolis.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Exatamente, tem o direito garantido de ser ouvido e de o problema ser solucionado.

Então, queria fazer esse registro e agradecer a presença de lideranças do município de Camboriú, como o vereador Alexsander Alves Ribeiro, o Canídia.

Deixo o restante do tempo destinado ao meu partido para o que o deputado Darci de Matos faça uso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Concedo a palavra ao deputado Darci de Matos pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, eu só quero fazer referência rapidamente sobre segurança pública. Quero dizer que com certeza o efetivo precisa ser ampliado, mas essa conta de que há 20 anos tínhamos o mesmo efetivo que temos hoje, não é um produto cartesiano. Por quê? Porque ao longo dos anos estamos nos utilizando de novas tecnologias

na segurança pública. Portanto, com novas tecnologias se consegue ter uma possibilidade muito maior, com menor número de efetivos. Então, essa é a reflexão importante que tem que ser feita. Mas não há dúvidas que precisamos de mais efetivos. Agora, sabe por que os policiais estão se aposentando em grande número? Porque no ano passado nós aqui nesse Parlamento aprovamos um projeto de lei, que foi construído aqui, a quatro mãos com o Poder Executivo, dando subsídios para as polícias. Nós aprovamos um excepcional plano de carreira da Polícia Civil e da Polícia Militar. Isso também tem que ser dito. O Parlamento e o Poder Executivo também tem que ser enaltecido, porque nunca na história de Santa Catarina a Polícia Civil e Militar tiveram um avanço tão significativo no que diz respeito as suas remunerações e aos seus planos de carreira.

Então, isso tem que fica consignado nos Anais desta Casa. Agora, que é preciso mais investimentos todos nós sabemos. Mas o grande problema é que 70% daquilo que nós, nesta carga absurda pagamos, não ficam nos municípios que é onde a vida acontece. E muito menos aqui na capital, pois vai para Brasília e de lá vocês já sabem para onde vai o dinheiro. E só ligar a televisão e abrir os jornais. Essa é a grande verdade.

Então, dito isso, quero em referir as breves palavras que o deputado Jean Leutprecht falou sobre a Olimpíada no ano que vem no Brasil. É fundamental dizer que é um momento importante para o nosso país. Por que é importante? Porque dependendo da condução da organização dessa Olimpíada e da visão dos gestores dessa Olimpíada poderemos fazer com que o Rio de Janeiro e o Brasil possam ter o mesmo destino, após as Olimpíadas, que teve Barcelona, por exemplo, onde teve um aumento de 20% no turismo da cidade.

Então, se nós conduzirmos bem as Olimpíadas no Brasil, poderemos ter muitos ganhos através da indústria do turismo. Mas, mais do que isso, o esporte competitivo é importante, mas não podemos esquecer, do esporte inclusivo, aquele esporte

barato, simples, mas de fundamental importância, que é aquele praticado nas escolinhas no interior do estado e que tem o objetivo de revelar grandes atletas. Mas o maior e principal objetivo não é a revelação de grandes atletas, mas sim de formar o verdadeiro cidadão catarinense brasileiro, através do esporte, passar para as nossas crianças os valores fundamentais de ética, de cidadania, de civismo e prepará-los para que eles possam ter sucesso na sua vida profissional e na sua vida particular.

Esse é o grande objetivo do esporte de inclusão que não pode ser delegado ao segundo plano.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Obrigado, deputado. Gostaria de registrar a presença do professor Marino Tessari, vice-presidente do Confef e a sua preocupação com relação ao esporte de base, ao esporte educacional. V.Exa. falou bem quando disse que o objetivo maior disso é a formação do cidadão. Parabéns pelo seu pronunciamento, principalmente neste dia em que comemoramos o Dia do Profissional da Educação Física.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado deputado Jean Leutprecht. Pois não deputado Natalino Lázare!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentá-lo pelo seu raciocínio.

O Pelé criou a escolinha de futebol do Santos, e aí no primeiro treino toda a garotada ficou admirando o rei do futebol. E, interpretando o sentimento da garotada, disse para eles: "Antes de quererem ser um Pelé, vocês têm que ser homens de índole, de moral". V.Exa. tocou num assunto que é fundamental. O esporte, antes de tudo, tem que formar seres humanos com ética.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Nessa linha da preocupação com as crianças, com a definição do

bom caminho das crianças catarinenses, não poderia deixar de fazer aquilo que alguns parlamentares já fizeram. Quero parabenizar a comissão de Prevenção e Combate às Drogas presidida pelo deputado Ismael dos Santos, que faz um excelente trabalho e a ação da secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, nossa colega deputada Angela Albino, e do governador Raimundo Colombo que lançam a campanha de Prevenção e Combate às Drogas sob o slogan "Drogas: não dá mais para aceitar".

Trata-se de um trabalho articulado com os municípios no combate às drogas, na recuperação dos dependentes através do programa Reviver, e principalmente com ações que o governo vai desenvolver através das escolas, das crianças, das famílias, das igrejas. Esse trabalho de prevenção com as crianças é fundamental para se mudar uma geração, porque muitas vezes as crianças são presas fáceis para os traficantes, lamentavelmente. Essa campanha vai ser de fundamental importância para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0217/2015 e 0247/2015.

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0080/2015, 0089/2015, 0165/2015, 0233/2015, 0249/2015, 0269/2015, 0363/2015, 0392/2015, 0579/2015 e 0651/2015.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2015, de procedência governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, o Projeto de Lei n. 0302/2015, de autoria do governo do estado, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, na verdade, vem estabelecer a inclusão no Plano Plurianual de reformas nas unidades administrativas da secretaria de estado da Saúde, reduzindo R\$ 1,5 milhão de uma programação que visava, com R\$ 5,5 milhões, ampliar e readequar a Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis.

Eu não sei se há um projeto que demonstra que R\$ 4,5 milhões são suficientes para ampliar e adequar a maternidade - coincidentemente a maternidade que eu nasci - mas quando se disponibiliza esse valor de R\$ 1,450 milhão para reformar unidades administrativas da secretaria de Estado da Saúde, não se sabe pelo projeto, pela justificativa e pelo anexo do onde vai ser usado esse recurso especificamente. Por isso, gostaria que pelo menos que se desse mais tempo para dar conhecimento aos deputados onde será utilizado esse valor, já que o secretário da Saúde se encontra numa audiência pública neste exato momento, em Brasília, e precisa haver por parte do governo uma maior socialização dessas informações para sabermos que, se retirarmos R\$ 1,450 milhão da Carmela Dutra, não consta na justificativa e no anexo único nenhuma especificação de onde esse valor será empregado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Eu também concordo com o deputado João Amin de que deveríamos ter um esclarecimento maior sobre esses casos. Hoje, pela manhã, procurei informar-me nos setores específicos da secretaria e encontrei uma justificativa razoável: essa verba iria para o

pacto, através de recursos do Banco do Brasil e do BNDES, que teria que ser aplicado, prioritariamente, ainda que contemplasse reformas, mas em ampliações. E não seria o caso, pois a Carmela Dutra precisa de algumas adequações em áreas já existentes. Então, em vez de fazer com o recurso do pacto, estão fazendo com recurso da chamada Rede Cegonha, que é recurso do governo federal, do ministério da Saúde, que está contemplando aquela obra que seria necessária apenas com outra verba, que seria a verba vinda do governo federal. Não sei da destinação das reformas das suas unidades.

Quero ressaltar - e é bom que se pontue - a Maternidade Carmela Dutra necessita da construção de um prédio novo, porque aquele é um prédio muito antigo, inadequado, pequeno e desajustado, hoje, para as necessidades atuais, inclusive para as novas normas do ministério da Saúde e vigilância sanitária.

Mas de qualquer maneira, as obras que estavam previstas nessa serão contempladas, segundo informações que tive, com recurso da Rede Cegonha, que é recurso federal. Então, não teria perda com relação a isso.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Acho que já foi esclarecido alguns pontos. Tivemos a oportunidade de conversar, pela manhã, com o deputado Dalmo Claro sobre essa questão. Na verdade o recurso foi destinado para uma reforma administrativa num local onde não sabemos exatamente qual é, outro item orçamentário.

Mas aqui, na verdade, é o Plano Plurianual que encerra agora no ano de 2015. É uma alteração no Plano Plurianual, provavelmente, para adequar eventuais despesas que o governo estadual está tendo.

Hoje, deu entrada na Casa o Plano Plurianual para 2016-2019. Então, precisamos, evidentemente,

dentro dessa perspectiva, ver essa questão da Carmela Dutra - que o deputado Dalmo Claro levanta como importante. E quem sabe alocar recursos específicos para essa obra no projeto que deu entrada, hoje, nesta Casa, que é o Plano Plurianual para os próximos quatro anos até o final do primeiro ano do próximo governador do estado.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, dando continuidade à manifestação do deputado Fernando Coruja e trazendo uma informação que alguns já compartilham em função do pronunciamento do deputado João Amin. Nós já aprovamos um requerimento que será encaminhado à comissão de Saúde para a realização de uma audiência pública no âmbito da comissão, onde será apresentado, deputado, o projeto de criação do Centro de Referência da Mulher Catarinense, que é a grande ampliação da Maternidade Carmela Dutra, com uma estrutura voltada para oncologia pediátrica, para os bebês recém-nascidos, à ampliação do número de leitos, UTIs Neonatal, ou seja, uma reconfiguração completa.

Um projeto maior, um projeto orçado inicialmente em R\$ 40 milhões, que precisa de uma atualização e esta Casa quer criar todas as condicionantes. Acredito que o próximo Plano Plurianual possa ser o caminho mais propício para começar a se discutir algo que não é de referência de Florianópolis, mas do estado todo, pois são casos específicos que ali são tratados.

E ela é uma maternidade que tem fila zero, porque lá qualquer pessoa que parar eles têm que dar um jeito para receber.

Então, o debate é muito importante sobre a essa ampliação, bem como esse ajuste já explicado inicialmente pelas informações que o deputado Dalmo Claro buscou junto à secretaria de estado da Saúde. É o momento de a Casa também se unir e

trabalhar nesse novo projeto bem mais completo e necessário para a estrutura neonatal ou oncológica de toda a nossa região e do estado.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, apenas peço, reiterando o pedido que fiz da tribuna, para que colocasse em votação esse projeto amanhã. Acredito sendo votado e aprovado amanhã, como se trata de turno único, não haverá nenhuma modificação operacional para o governo do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado João Amin, a matéria está em pauta, e apenas pode ser retirada com o requerimento do líder do governo, caso contrário, vamos manter a votação como está porque já foi iniciada a discussão. E não vejo problema da retirada desde que haja concordância dos srs. líderes e, também, encaminhamento por parte do líder do governo.

Com relação às especificações no anexo único, a subação n.101 descreve exatamente quais são as áreas, basta buscar no Orçamento que essas informações estarão contidas. Ela elenca a subação que está sendo atingida.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sim, está-se retirando R\$ 1.450 milhão da Carmela e está-se incluindo unidades administrativas da secretaria da Saúde. Então, não especifica, só coloca no genérico o Orçamento R\$ 1.450 milhão. Por isso, apelo ao líder do governo e aos demais líderes para que votemos, pelo menos, amanhã, essa matéria, não causando dano nem à Carmela nem ao governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria continua em discussão.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra pela ordem, o deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, seguindo o raciocínio e o conhecimento do deputado João Amin, como líder do PDT, eu comungo da mesma ideia dele para que seja apreciada a matéria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu não vejo comprometimento do Orçamento, porque não se trata disse, estamos tratando de uma alteração do Plano Plurianual, que se encerra no final do ano.

Portanto, no que diz respeito a essa adequação, o que é normal no Executivo, não é primeira vez e nem será a última que irá acontecer. Deputado João Amin, deve tratar-se de unidades de saúde na administração da secretaria, provavelmente não é uma única unidade.

Então, do ponto de vista de alteração, certamente, o governo não ia retirar recursos que não fossem aplicados. E aqui o deputado Dalmo claro fez uma explanação nesse sentido. Portanto, podemos até retirar a matéria de pauta, se assim for o entendimento, mas não por conta de que isso venha causar prejuízo no Orçamento. Repito, trata-se de uma alteração na aplicação do Plano Plurianual.

Eu, de minha parte, não vejo razão, neste momento, para fazer uma solicitação da retirada, até porque não tenho pronto o requerimento. Eu não estava com nenhuma reivindicação nesse sentido. Agora, se todos os líderes concordarem, não criarei obstáculo.

O Sr. deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu vou seguir a orientação do nosso líder, deputado Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - E qual é a orientação da bancada do PT?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já coloquei o meu posicionamento na reunião da comissão. Sempre é extremamente delicado quando você precisa retirar recursos de uma área tão sensível quanto a Saúde, mas estamos discutindo um projeto do hospital que, com certeza, até o final do ano não se realizará mais. Mas também, por outro lado, há uma decisão política de não executar este investimento quando o governo traz pra cá uma mudança dessas.

Então, nossa bancada propõe votar amanhã essa matéria, muito embora o nosso posicionamento não mude muito de hoje para amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Como encaminha o PR, deputado Natalino Lázare?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - A bancada do PR consultando o deputado Mário Marcondes e também vota favoravelmente ao pleito do eminente deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirada de pauta a matéria no dia de hoje e incluída na pauta de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0342/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 6.971, de 1987, que declara de utilidade pública a Sociedade João Paulo II, de Palhoça.

Ao presente projeto não foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0343/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 4.759, de 1972, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador.

Ao presente projeto não foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade de Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o parágrafo único do art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina (publicação dos atos municipais).

Srs. deputados, essa proposta apenas acrescenta a palavra "ou" no que diz respeito à veiculação e divulgação em veículos de comunicação regional.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Apenas gostaria de agradecer, não apenas ao presidente, mas aos líderes que foram favoráveis, principalmente ao líder do governo, para que possamos discutir um pouco e termos mais conhecimento da matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pedido de Informação n. 0158/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider, solicitando ao governador do estado informações acerca da convocação dos candidatos concursados e aprovados para ingressarem no Quadro de Pessoal da Polícia Militar nos termos do Edital n. 014/CESIEP/2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0111/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, apelando ao presidente da Câmara dos Deputados, aos líderes das bancadas e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pela aprovação do Projeto de Lei n. 4/2011, que dispõe sobre a educação para as artes na educação básica, alterando a redação do art. 26, §2º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0827/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0828/2015, de autoria do

deputado Valdir Cobalchini; 0829/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0830/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0831/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0832/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0833/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0835/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0836/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0837/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0838/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0685/2015 de autoria do deputado José Nei Ascari; 0686/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0687/2015 de autoria do deputado Jean Leutprecht; 0688/2015 de autoria do deputado Neodi Saretta; 0689/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente eu vi que foi votada a admissibilidade de uma PEC, mas não a encontrei na Ordem do Dia que recebi. Talvez eu esteja enganado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Talvez v.exa. não tenha prestado atenção, mas consultei se poderíamos votar a PEC, e foi concordado por todos, por isso como a matéria é simples e foi votada a admissibilidade. Temos todo o tempo do mérito agora para discuti-la.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente eu só não concordo que seja uma matéria simples, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V. Exa. deveria ter se manifestado no momento que foi consultado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu vou voltar a insistir que essas propostas. Elas podem até serem incluídas na Ordem do Dia, mas é interessante que isso seja colocado no começo para

que possamos, pelo menos, ter noção, pois não dá tempo nem de vir dali até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Dá sim deputado. É só levantar a mãozinha lá que nós não o atropelamos. É feito tudo no tempo certo.

Eu não tenho nenhum interesse na matéria, que é de autoria do deputado Rogério Mendonça. Foi feito de forma normal e regimental.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu não estou dizendo que v.exa. tenha interesse na matéria. Eu já fiz uma questão de ordem no começo desta legislatura. Acho que são matérias importantes! Ela não esta na pauta Ordem do Dia. Sinceramente eu não conheço a matéria, é uma matéria antiga de admissibilidade votada aqui. Eu não tenho condições de votar uma matéria sem saber do que se trata.

Quero pedir a v.exa. que, em relação a essas matérias extrapautas, seja dado, pelo menos, um tempo, uns cinco minutos, porque estava sentado ali e não deu tempo. Fui olhar o papel e, quando vi, já havia sido votada. Evidentemente, sendo coruja, posso até voar rapidinho, mas não tão rápido assim para chegar ao microfone, sr. presidente, porque v.exa. é mais rápido na sua leitura do que a minha caminhada de lá até aqui.

Então, se for possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será possível, deputado Fernando Coruja.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, na tarde de hoje, em Explicação Pessoal, trazer aqui presente duas questões. A primeira delas referente a um ato, deputado Silvio Dreveck, que realizamos no último domingo no distrito de Alto da Serra, juntamente com o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, e inúmeras outras lideranças que lá se fizeram presentes.

Já fiz este registro desta tribuna sobre a entrega de uma obra que julgo extremamente importante e necessária, levando desenvolvimento para aquela região produtora de Chapecó e Guatambu que é o acesso asfáltico. Fiz questão de fazer o registro lá mesmo junto à comunidade de que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, também nesta tribuna o fiz, que é uma das grandes ações do governo dele que foi exatamente de ter contemplado o acesso a todos os municípios.

E João Raimundo Colombo traz presente a questão da criação do Fundam. Outra iniciativa extremamente importante, porque são recursos que chegam aos municípios a fundo não reembolsável. Portanto, o município utiliza do recurso, investe em ações prioritárias daquele município e, ao mesmo tempo também, não está preocupado em colocar contrapartida desse recurso.

É um recurso em dinheiro extremamente importante para diferentes ações nos diferentes municípios do nosso estado de Santa Catarina. Bom, é claro, seria que o governador pudesse reeditar o Fundam para 2016 e torná-lo como uma política constante e ordinária dentro do nosso estado de Santa Catarina pelo que ele representa.

Então, é uma obra muito bem feita! A Planaterra, Terraplenagem e Pavimentação, empresa que está fazendo o asfalto de grande qualidade, muito bem feito, e acredito que servirá enormemente para o desenvolvimento de toda essa macrorregião que une Chapecó à Guatambu e, quem sabe, nos próximos tempos fazer com que esse acesso possa chegar à BR-282, deputado Valmir Comin.

Parece que esse também é o desejo do governo local, e eu acredito que isso será possível ao longo do tempo.

E, junto com a inauguração dessa importante obra, o governador também assinou a ordem de serviço, que nos próximos 30 dias se dará início aquela obra de revitalização, restauração da rodovia 283, extremamente importante para o desenvolvimento de toda aquela região, e que ela

precisa de investimentos para poder dar segurança a toda essa população que lá transita.

E eu gostaria, no segundo registro, de trazer presente um projeto de lei de nossa iniciativa, que tramitou nesta Casa, foi aprovado, o governo do estado vetou o projeto, e num diálogo constante com o governo do estado e, aqui, com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, e o secretário da Agricultura, e lá a pessoa indicada para todos os debates e a construção do retorno deste projeto a esta Casa foi o Eládio, que é o diretor da Secretaria da Agricultura e Pesca do governo do estado, está para vir a esta Casa. E ele trata exatamente da agricultura urbana e periurbana.

Aliás, é uma experiência, um programa, uma iniciativa que está dando certo em inúmeros países, e nós temos, concretamente, em vários estados e também em muitos municípios, experiências extraordinárias de agricultura urbana, também no nosso estado de Santa Catarina. Temos experiências aqui em Florianópolis, em Chapecó, em Balneário Camboriú, em Itajaí, e nós temos inúmeras experiências extraordinárias acontecendo em inúmeros municípios do nosso estado e do nosso país.

Diga-se de passagem, deputado Leonel Pavan, a agricultura urbana e periurbana é responsável pela produção de mais de 15% do alimento que vai à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras deste nosso país. No mundo todo, ela é responsável por mais de 15% da produção de alimentos.

Então, acho que é uma experiência extraordinária que o governo federal tenha um programa específico de incentivo a esta atividade, onde faz o aproveitamento de espaços ociosos, que de repente estão lá para criar outras coisas, que podem ser utilizados para desenvolver iniciativas como esta, de produção saudável, orgânica, ou agroecológica, que é uma das grandes demandas que a cada dia cresce, é uma exigência dos nossos consumidores de ter um alimento cada vez mais de qualidade. E a agricultura urbana se encarrega disto, porque ela ocupa estes pequenos espaços dentro do período urbano ou periurbano, e pode se

tornar. Além da produção para o auto consumo, o excedente pode ser comercializado, e gerando isso divisas para o bolso desses trabalhadores que produzem desta forma no setor urbano ou periurbano.

O governo do estado está encaminhando, agora, esta semana ou semana que vem, este projeto de lei para esta Casa.

É nesse sentido que nós gostaríamos de contar com a valorosa participação de todos os parlamentares para que, além de aprovar o projeto, possamos contribuir para que ela possa cada vez mais se desenvolver e ocupar esses espaços vazios nos grandes centros urbanos.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. levanta um assunto extremamente importante. Bate uma saudade de quando fui prefeito em Balneário Camboriú. Quando v.exa. fala que o governo federal vai dar incentivo, tenho que aplaudir essa visão de um governo para atender aqueles que têm terrenos dentro do período urbano, que paga imposto de IPTU caro e que pode se dar o incentivo. Aplaudo se vejo do governo o governo do estado também encaminhar um projeto nesse sentido.

V.Exa. que é uma dos deputados exemplo para todo o Brasil, que levanta um assunto tão importante, gostaria de dizer quando fui prefeito fiz uma lei para que cada proprietário de terreno de Balneário Camboriú que cedesse a alguém para plantar naquele terreno teria 30% de desconto no IPTU.

Então, a população, além de plantarem para o seu sustento, a prefeitura comprava para as creches e para as escolas. Eles tinham um bolsão do qual a prefeitura adquiria esses alimentos. Nós incentivávamos e todos os terrenos que estavam ociosos viraram hortas comunitárias, atendendo a população de Balneário Camboriú. Com certeza esse projeto terá a nossa aprovação, se o projeto vier nessa natureza.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Só para concluir, quando fui prefeito pela primeira vez na cidade de Guaraciaba instituímos exatamente a agricultura urbana, através de diferentes iniciativas, com a produção de alimentos para autossustentação e atendimento de creches. Isso foi em 1997.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRDEU DRESCH - Volto a essa tribuna para ressaltar a importância da recuperação da obra do município de São Carlos, ou seja, toda essa região de Itapiranga a Chapecó, que é a SC-283, uma rodovia extremamente importante.

Nós temos sofrido muito no oeste catarinense. Nós que rodamos dia e noite nas rodovias estaduais e federais estamos fazendo a nossa cobrança junto ao governo federal e ao DNIT, mas também cobramos do governo do estado, sobre a situação que estão a grande maioria. E não é diferente a SC-283, que liga Chapecó a São Carlos, Palmitos e toda a região. Então, nós aqui esperamos que não fique só na ordem de serviço.

Então, queremos cumprimentar todos que lutaram por isso e dizer que vamos continuar acompanhando, como também no Alto da Serra, uma luta de muitos anos da comunidade regional. Passamos por aquela rodovia na semana passada e podemos perceber que a comunidade merece o Distrito do Alto da Serra. Merecem esse investimento que foi feito lá. Parabéns a todos.

Mas quero trazer a esta tribuna hoje o documento da comissão da Verdade. O resultado de praticamente dois anos de trabalho na comissão da Verdade que leva o nome Paulo Stuart Wright, que foi um grande deputado. Pela sua história, a comissão da Verdade leva o seu nome.

Quero cumprimentar todas as pessoas que contribuíram, examinaram, esclareceram as

violações dos direitos humanos praticados por motivação exclusivamente política no território de Santa Catarina a fim de efetivar o direito à memória e à verdade da história e contribuir para a promoção de reconciliação nacional.

Esse é o documento produzido pela comissão da Verdade que foi nomeado por lei estadual que trabalhou em Santa Catarina, a exemplo da comissão Nacional que também fez um excelente trabalho. Podemos, sim, a partir desse trabalho, ter a clareza da história, o nome das pessoas violentadas. Ainda há três catarinenses que não foram identificados, e entre eles está o Paulo Stuart Wright. Então, ainda há um trabalho a ser feito.

Mas, quero pedir o apoio dos srs. deputados porque estamos apresentando um projeto de lei para criar um mecanismo de vedação aos nomes de pessoas, ainda que falecidas, que tenham constado no relatório da Comissão Nacional da Verdade - conforme trata a Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011 - como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar. Conforme o seu art. 2º, ficam revogados todos os atos, decretos ou leis que tenham conferido às rodovias estaduais ou prédios públicos, nomes que façam referência ao golpe, ao governo ou às autoridades que lideraram o governo militar instaurado no Brasil no ano de 1964.

Entendemos que aqui precisa haver de fato um momento em que se corrija isso na história, que essas pessoas que cometeram violência aos direitos humanos, que violentaram o direito à liberdade não tenham mais os seus nomes em prédios públicos.

Pedimos o apoio dos parlamentares ao Projeto de Lei n. 0314/2015, em que propomos a alteração da Lei n. 12.118, de 2002, que dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências.

Esse é o nosso projeto de lei que começa a tramitar nesta Casa a partir do momento em que temos o nome de todas as pessoas que participaram e cometeram essa crueldade com muitos catarinenses na época da ditadura militar. Para que não seja

esquecido e nunca mais volte a este país esse cruel momento da ditadura militar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados. Quero cumprimentar a ex-deputada Angela Albino, secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Eu estive nesta secretaria durante o período de 2011 a 2012 e sei do empenho que é preciso ter para que as coisas sociais andem.

Mas, hoje, queria me ater ao "Bruscão". Deputado Leonel Pavan, v.exa. que também é de Brusque, mas que tem seu time de preferência, bem o time de Camboriú. Time que na última disputa entre Brusque e Camboriú teve a vitória do Bruscão. Agora o Brusque voltou à primeira divisão.

Eu quero saudar toda a diretoria, saudar os torcedores, porque sei que tem atendido ao apelo, ao chamado, da torcida para ajudar a impulsionar o nosso plantel, portanto, a torcida tem estado muito presente.

O Brusque Futebol Clube, na verdade é um time novo. Brusque sempre teve dois grandes times: o Carlos Renaux e o Paysandu. E quando não havia muita televisão e a disputa era mais localizada, a grande disputa, a grande atividade nos fins de semana era a disputa entre esses dois times. Mas a partir de 87 passou-se a um time somente. Como a cidade não tinha como bancar dentro dos conceitos mais modernos do futebol, passou a ter apenas o Brusque Futebol Clube. Em 87 e 92 já foi o campeão Catarinense, que foi uma grande alegria, naturalmente, para toda região, especialmente, para Brusque.

Eu estou fazendo esse destaque, primeiro para dedicar essa justa homenagem aos dirigentes, aos torcedores, os financiadores. Eu também não tenho me furtado, em 2013, por exemplo, o campo onde o Brusque joga, que é campo do Carlos Renaux, que é o time mais velho de Santa Catarina, teria hoje 102 anos. Em 2013 por ocasião do centenário do clube, o governo do estado investiu lá mais de R\$ 300 mil, somado em contrapartida com o clube, fez uma grande reforma: cadeiras, iluminação, escadarias, enfim, toda arquibancada. Foi um grande investimento através da Fesporte, portanto, contribuimos com o clube Carlos Renaux bem onde o time de Brusque joga.

Então, gostaria de aproveitar este momento para dar essa saudação ao time que tão bem representa a cidade de Brusque. Estou fazendo essa referência ao time pelo destaque que teve neste último fim de semana que passou para primeira divisão.

E, também, hoje é o aniversário do Avaí, são 92 anos. É um pouco mais novo do que o Carlos Renaux que citei, sendo que o Avaí tem dado uma contribuição social muito grande através do esporte e de outras atividades.

Eu vejo aqui a deputada Angela Albino, lembro que num convênio de 2011 que fizemos entre a secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Clube Avaí, inúmeras crianças, que seguramente teriam outras dificuldades de participar ou estariam em outros lugares não tão produtivos, mas que participavam do programa como complementação da educação dos pais de casa, que muitas vezes os dois estão trabalhando durante o dia para complementar a renda; mas que os filhos ao invés de ficarem jogados estavam lá. Então com esse convênio com o governo do estado e a referida secretaria, sendo que eu era o secretário na época, o Avaí como protagonista condicionou através dos treinadores e jogadores que iam fazer esse estímulo com mais de 150, 200 crianças, especialmente da região da Palhoça.

Além, desse trabalho social, inúmeras campanhas publicitárias, como a doação de sangue,

que graças a Deus a nossa população atende bem a esses pleitos, mas existe uma deficiência relativamente grande dos derivados de sangue, os quais nós apenas conseguimos o sangue total doado pelas pessoas. No próximo mês teremos uma campanha do Avaí estimulando as pessoas a doarem sangue como um ato de solidariedade humana. Por isso, eu quero aqui saudar com o meu 'Bruscão' o Avaí que completa, hoje, 92 anos.

E para encerrar, hoje, é também o Dia do Profissional de Educação Física, que não é estadual, mas nacional. Reconhecemos a importância da atividade física e desses profissionais, no sentido de estimular, motivador as pessoas a fazerem exercício físico como condição importante, exatamente, para ter uma qualidade de vida melhor, a qual advém da atividade esportiva bem orientada.

Assim, quero saudar aqui todos os profissionais que atuam nessa área gerando uma melhor qualidade de vida às pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Queria dizer que hoje recebi em nosso gabinete uma equipe de Balneário Camboriú, um número significativo de lideranças. Pessoas que estão se sentindo prejudicadas por falta de investimentos do atual governo na saúde com os cidadãos balneocamboriuenses. A cidade de Balneário Camboriú tem uma arrecadação que supera a R\$ 800 milhões, poderíamos dizer mais de R\$ 2,5 milhões por dia, é a arrecadação do referido município. Um orçamento significativo que pode ser, sim, ser direcionado o recurso para o sistema de saúde.

Quando recebo em meu gabinete lideranças, aposentados, juventude, idosos, daquele importante município de Santa Catarina, município do qual eu já fui por três vezes prefeito e estes reclamando da falta de médicos na cidade Balneário Camboriú, fico imaginando como será em outros municípios...

pobres, pequenos, municípios mais distantes, como será?

Balneário Camboriú, repito, arrecada mais de R\$ 800 milhões/ano. E estão faltando médicos. Mas o que me disseram é que faltam cardiologistas. Faltam médicos para atender a população nesta área. Ora, como que pode faltar médicos cardiologistas numa cidade rica?

Ouvimos inclusive uma gravação que nos apresentaram do secretário de Saúde daquela cidade que diz o seguinte: "não conseguiram fazer licitação para contratar médicos cardiologistas, sempre falta um documento da empresa", mas que governo é este que não consegue fazer uma licitação para contratar médicos para atender a população?

Fica aqui a nossa indignação e a nossa suspeita da capacidade administrativa do setor de Saúde, para não dizer das outras áreas, do município de Balneário Camboriú. Porque aquela população mesmo sendo um dos municípios mais ricos do estado de Santa Catarina não tem médicos para atender os seus moradores. E nesse caso falta médico cardiologista. É lamentável e esperamos que se tome uma atitude e que se faça um investimento justamente nesse setor que é um pleito daquela população.

Também queríamos aqui na tribuna no dia de hoje falar sobre a questão da segurança, tema ao qual foi amplamente divulgado e debatido na semana passada aqui nesta Casa. O debate chegou a ser áspero, de um lado, alguém defendendo e do outro acusando, mas na verdade todos os parlamentares sabem que faltam policiais aqui no estado de Santa Catarina, policiais civis e militares.

Nestes últimos dias, para não dizer só no final de semana, houve vários ataques em diversas cidades catarinenses, tanto em Florianópolis, como em Balneário Camboriú, Camboriú e poderíamos citar outras e outras cidades que seriam inúmeras com problemas em função dos ataques de vândalos, criminosos, assaltantes, assassinos; ataques contra a polícia militar; contra equipamentos

públicos, prédios públicos; isto está trazendo um desconforto para a população catarinense.

Nós estamos nos tornando matéria para a mídia nacional, falando que em Santa Catarina a segurança é, para dizer a verdade, uma insegurança. Poderíamos até dizer o seguinte: onde estão os policiais que fizeram os concursos públicos? Por que não os chamam? Por que não chamaram os policiais militares? Por que não chamaram os policiais civis que estão há muito tempo na espera? Por que não fazer um investimento naquilo que está sendo prioridade no momento em nosso estado?

Camboriú, a cidade vizinha de Balneário Camboriú, sofreu muito neste final de semana, e o problema é que não tem como achar o caminho, não tem como achar uma solução, porque o número de policiais que existe é muito pouco em relação aos chamados levados à delegacia de polícia e até ao comando da Polícia Militar, são seguidos.

No entanto, vimos aqui, debatemos, levantamos os números sobre o que está acontecendo com a segurança do estado de Santa Catarina, todos os parlamentares falando, mas não estamos encontrando o eco. Não há uma resposta por parte do governo para que possamos vir à tribuna defendê-lo, pelo menos aceitar a defesa.

Estamos ouvindo por meio da imprensa. O governo responde para imprensa. Mas para nós, parlamentares, que recebemos diariamente a população em nossos gabinetes, infelizmente a resposta por parte do governo de Santa Catarina, no caso da secretaria de Segurança, até agora não apareceu.

Faço aqui mais uma vez um chamamento, um pedido para que possamos abrir os cofres públicos, porque certamente devem ter alguns recursos destinados para a segurança, pois quando fomos governador tínhamos recursos destinados a esse setor, existe até um percentual mínimo para se investir, para atender o clamor da população de Santa Catarina e colocar à disposição dos municípios um número maior de policiais.

Deputado Serafim Venzon, eu sempre digo que policiais não encontramos em prateleira. Nos Estados Unidos contratam-se empresas, não encontramos policiais sobrando. Para colocar policiais em uma cidade tem que tirar de outra. É difícil colocar mais policiais em alguma cidade sem tirar de outra. Como não podemos fazer isso porque podemos prejudicar outro município, senão vejamos: se pedirem um policial de Joinville, tiram de São Bento do Sul; se pedirem em São Bento do Sul, tiram de Canoinhas; se pedirem em Camboriú, tiram de Tijucas; se pedirem em Tijucas, tiram de Florianópolis, e assim por diante. É dessa forma que fazem!

Então, é necessário que o governo tenha um planejamento nesse sentido. Posso falar aqui de cadeira e com segurança porque nós planejamos e preparamos o concurso público para que no futuro tivéssemos policiais. É necessário que façam urgentemente concurso público e que chamem todos os policiais que já o fizeram e que estão esperando para serem chamados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Concedo um aparte ao nobre deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Prezado deputado Leonel Pavan, v.exa. aborda dois assuntos sociais importantes que requerem maior investimento de recursos: a questão da saúde e a questão da segurança. Justamente no município que tem uma arrecadação grande, mas tanto a saúde quanto à segurança têm uma aplicação que não depende só do município, depende do estado, da União, apesar de ser um município que tem uma grande arrecadação e alegando deficiência nesse serviço importante, e isso vai depender do estado.

Em Balneário Camboriú, v.exa. é testemunha disso que foi prefeito durante quatro mandatos lá, então conhece bem o quanto que as pessoas pagam de IPTU e depois em contrapartida na orla, muitas vezes, os habitantes assistem brigas em frente aos bares, aos restaurantes, e a administração local

justifica que essa segurança é prestada pelo estado e não pelo município, igual com a saúde.

O município de Itajaí, por exemplo, tem a maior arrecadação de retorno de ICMS em Santa Catarina, 12 vezes maior que Camboriú, e era o campeão da dengue em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência, já que é o último orador inscrito, vai conceder o tempo necessário, mas v.exa. precisa utilizar do bom senso.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pois não, sr. presidente!

Até agora deu, tudo isso, apenas um minuto e trinta, mas eu queria cumprimentar v.exa. por abordar este assunto e sei que a solução passa por maior interação entre o estado e os municípios.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Deputado Serafim Venzon, v.exa. é médico e sabe, levantei o assunto da segurança e também a falta de médicos daquela sociedade.

E v.exa., por sua experiência legislativa, sabe do quanto é importante fazer investimentos nos municípios, tanto por parte do prefeito, que necessita visão, como por parte dos governos, seja estadual ou federal.

Da mesma forma, quero conceder, aqui, a palavra a outro intelectual da Medicina, o nobre deputado Dr. Vicente Caropreso. O PSDB, pelo menos nesta área, está muito bem representado, com dois grandes médicos.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, sr. deputado Leonel Pavan, sr. presidente, sr. deputado Silvio Dreveck.

Meu amigo Leonel Pavan, ex-governador, v.exa. sabe as dificuldades que várias regiões do estado estão passando com a segurança pública.

Em Jaraguá do Sul nós temos um policial civil para mais de 3.500 pessoas. V.Exa. não pode imaginar a situação grave da impossibilidade de, praticamente, ir atrás de qualquer bandido, de

qualquer furto, de qualquer aspecto um pouco mais complicado.

Realmente, algumas regiões estão muito bem servidas por policiais, tanto civis como militares, e outras praticamente desprovidas.

Algumas regiões, como a sua, de Balneário Camboriú, sofrem muito, porque são polos turísticos, porque qualquer situação sofre muito mais com este estardalhaço que se faz, é lógico, a espetacularização, muitas vezes, mas a vida dos policiais civis e militares, aqui em nosso estado está difícil.

Falta componente, falta contingente, falta melhores condições e, principalmente, uma distribuição melhor, mais equânime, no estado, do nosso pessoal disposto a servir.

Então, parabênzo v.exa. pelo assunto abordado, estava ouvindo com muita atenção. Mais uma vez, v.exa. dá o apego a sua região, ao seu estado, ao conhecimento, através dos tempos, dos seus mandatos. Da mesma forma eu quero agradecer, aproveito este gancho, deputado Leonel Pavan, para agradecer as inúmeras manifestações que recebi por ocasião dessa quinzena que passei com dificuldade de saúde.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, me permita ainda dizer que todos nós estamos felizes em ver o deputado Dr. Vicente Caropreso recuperado, e também hoje é seu aniversário. Os nossos cumprimentos pelo seu aniversário, é um deputado jovem e um médico experiente.

Mas eu gostaria de repetir, quando fui governador, de nove a 10 meses, eu fiz o concurso público com mais de três mil vagas, militares e civis. Passaram-se cinco anos e não estão fazendo o dever de casa.

Eu não tenho nada contra o secretário César Grubba, até acho uma pessoa competente, preparada, e o respeito muito, e ele tem que nos entender, porque nós somos os legisladores, somos os fiscais, nós temos que cobrar.

A população está procurando os deputados para que reivindiquem, para que cobrem, para que

exijam, e através desta Casa exija do governo do estado à reposição dos policiais em cada região do nosso estado.

Eu citei aqui Camboriú, Balneário Camboriú, e a região, em função do que ocorreu nestes últimos dias, mas as reivindicações são em quase todos os municípios de Santa Catarina. O número de policiais que nós temos está muito aquém da necessidade de um estado promissor, de um dos estados que mais arrecada no Brasil, e de grande importância social e econômica.

Acho que este setor merece ser olhado com mais responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência registra, com satisfação, a homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. Sintam-se todos homenageados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje às 19h, em homenagem ao Clube Náutico Francisco Martinelli pela passagem do seu centenário de fundação.

Está encerrada a sessão.